

CONTABILIDADE SOCIAL

Luiz Carlos Bresser-Pereira
Yoshiaki Nakano

Apostila da FGV/SP:EC-MACRO-L-9, agosto de 1972.

A Contabilidade Social é o conjunto de estatísticas de ordem econômica, preparadas e sistematizadas com o objetivo de possibilitar uma visão quantitativa, a mais precisa possível, da economia de um país. É uma síntese contábil dos fatos que caracterizam a atividade econômica de um país.

Hoje, praticamente, não existe nenhum país que não tenha a sua Contabilidade Social, através da qual se pode ter uma visão relativamente exata do estado econômico do país e do seu ritmo de crescimento.

O estudo da Contabilidade Social não é recente, pois, já nos fins do século XVII se começa a utilizar o conceito de renda nacional. Apoiada no estudo deste conceito, a Contabilidade Social desenvolve-se e neste século, particularmente depois de 1920, os estudiosos começam a reconhecer uma pluralidade de conceito de renda (produto, renda, despesa, a preços de mercado, a custo dos fatores, etc.). Os problemas econômicos do após guerra vão acelerar os estudos da Contabilidade Social, e aqueles conceitos de renda nacional vão ser integrados em uma estrutura mais ampla, o sistema de contas nacionais, que descrevem as principais operações da economia relacionando os mais importantes setores econômicos.

Desenvolve-se, concomitantemente, complementando o sistema anterior, um sistema de registro das transações inter-industriais (Input-Output) no sentido de proporcionar uma visão estatística da interdependência do sistema econômico (Leontief). Desenvolve-se, também, mais recentemente, um novo sistema, o de fluxos financeiros que visam registrar todas as transações realizadas entre os diversos setores e são efetuados através da moeda e do crédito.

Todos esses sistemas citados até agora trabalham com conceitos de 'fluxos', isto é, o que foi produzido, consumido, pago, recebido, etc., 'por unidade de tempo'. Em contraposição a fluxos existem as variáveis 'estoques', que evidenciam uma situação num determinado momento. Assim, para completar a visão quantitativa da economia, foi desenvolvido um sistema de 'balanços nacionais', em termos de estoques, objetivando fazer um levantamento de todos os ativos e passivos existentes em um determinado momento. Neste sistema, os conceitos de riqueza nacional e capital nacional constituem o núcleo básico.

Existem assim diversos sistemas de Contabilidade Social:

1. Contabilidade da Renda Nacional ou Sistema de Contas Nacionais
2. Tabela de Relações Inter-industriais (Input-Output)
3. Fluxos Financeiros
4. Balanços Nacionais

1. Contabilidade da Renda Nacional ou Sistema de Contas Nacionais – É o sistema mais antigo e comum, desenvolvido basicamente por Stone (Inglaterra) e pode ser definido como registro sistemático dos fatos econômicos que realizam as diversas entidades do país. Foi elaborado e padronizado pelas Nações Unidas e é o único sistema adotado no Brasil. Além disso, ele está intimamente ligado à análise macroeconômica, razão pela qual é o único que vamos estudar com detalhes.

2. Tabela de Relações Inter-industriais (Input – Output) – Foi desenvolvida por Leontief, que a define como estudo empírico das inter-relações existentes entre as diferentes partes da economia nacional. Enquanto o sistema de Contas Nacionais encara a atividade econômica sob três aspectos – produção, consumo e acumulação – o sistema de relações inter-industriais trata somente da produção ou da transformação dos bens, procurando destacar “a contextura de uma economia, tal como a tecem as transações comerciais, numa dependência recíproca de cada setor”. Elabora um quadro ou matriz de dupla entrada que mostra as receitas e despesas de cada uma das diferentes indústrias, assim como a renda e as despesas dos indivíduos, do governo e do resto do mundo. Obtém-se, ainda, a partir dessa matriz, uma tábua de coeficientes que mostra quais as quantidades de todos os outros produtos necessários para a obtenção de certo valor de produção de dado produto.

3. Sistema de Fluxos Financeiros – Os primeiros estudos foram feitos por Copeland, nos Estados Unidos, e visam descrever a atividade econômica sob aspecto monetário e financeiro. Deste modo, somente são contabilizadas as transações feitas com a utilização de moeda ou de crédito. As contas, representando os setores da economia definidos de acordo com os tipos de unidade econômica, registram as compras e vendas de bens e serviços, entradas e saídas de créditos e capitais e as variações nos encaixes monetários, em suma, as origens e destinos dos fundos entre os diversos setores da economia.

4. Balanços da Riqueza Nacional – Este sistema, semelhante ao Balanço de uma Empresa, visa fazer um levantamento dos ativos e passivos da economia. No lado dos ativos temos a riqueza da economia composta de: valor depreciado de todos os ativos fixos da economia; o estoque de matérias-primas; mercadorias acabadas e em processamento; créditos líquidos contra o resto do mundo. No lado dos passivos, tal como um balanço comercial, temos: a origem dos fundos financiadores daquele ativo; a poupança acumulada da economia e capitais líquidos vindos do resto do mundo.

I. Contabilidade da Renda Nacional

Vimos que a idéia de uma descrição geral da atividade econômica de um país, em termos quantitativos, é velha, porém só recentemente, com o desenvolvimento da moderna análise macroeconômica, é que foi feita com precisão. Isto se deve ao trabalho pioneiro de Keynes (*Teoria Geral da Moeda, do Preço e do Emprego*, 1936), que se preocupou em

explicar o funcionamento da economia em seu conjunto, o grande impulso que tomou a elaboração de um sistema de contas nacionais que, sem dúvida, pode ser encarado “como tentativa de atribuir grandeza e alguns símbolos dos modelos teóricos” (Edey & Peacock, *Renda Nacional e Contabilidade Social*). Os conceitos básicos de produção, renda, consumo, poupança, investimento são tão velhos quanto a ciência econômica, porém coube a Keynes estabelecer as relações entre estes diversos agregados, no sentido de mostrar as inter-relações e torná-los conceitos utilizáveis para a solução dos problemas econômicos.

É bom lembrar, porém, que a elaboração das Contas Nacionais não depende somente de uma base técnica, que é bastante simples; o mais difícil e trabalhoso é o levantamento e a montagem das contas. Para isto, necessitamos de uma organização administrativa especializada. No Brasil, a Fundação Getulio Vargas, com seu Instituto Brasileiro de Economia, foi criada basicamente com esse objetivo, e ela vem publicando as contas brasileiras anualmente, desde 1947, interrompendo este trabalho em 1960, para retomá-lo recentemente.

A Contabilidade da Renda Nacional ou Sistema de Contas Nacionais foi definido como “registro sistemático dos atos econômicos que realizam as diversas entidades do país”. Para isso valemo-nos dos dados estatísticos referentes à atividade econômica do país, os separamos e os classificamos de modo a apresentá-los em uma estrutura lógica e coerente. Sendo um registro sistemático que objetiva montar um sistema de contas, utilizamos determinados métodos ou técnicas para medir os atos econômicos e também um conjunto de conceitos que possibilitam que a Contabilidade Social tenha uma estrutura teórica.

Nos tópicos seguintes vamos analisar, em ordem, os conceitos principais, alguns problemas de método de medição e finalmente o sistema de contas.

I-1 – A Estrutura Básica: Produto, Despesa e Renda

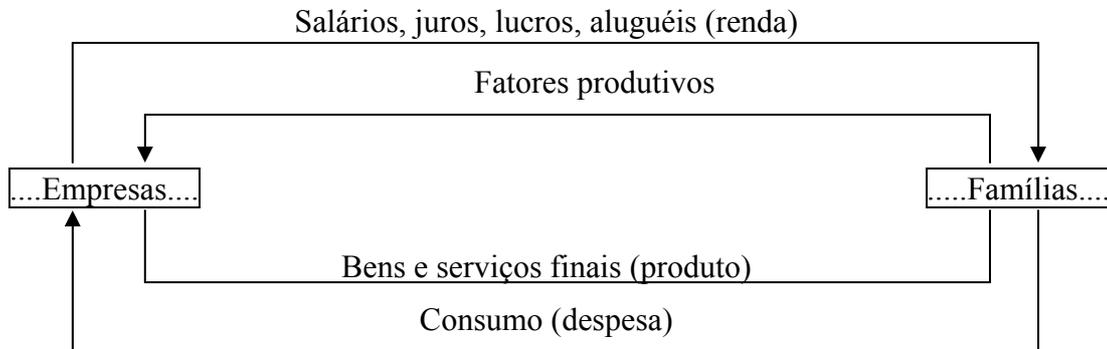
A preocupação central da Contabilidade da Renda Nacional é descrever o fluxo de bens e serviços finais produzidos em um país durante um determinado período, geralmente um ano. Este fluxo de bens e serviços pode ser medido sob três aspectos – como produto, como despesa e como renda. São três totais básicos, a partir dos quais podemos montar um sistema de contas em que aqueles totais se relacionem com outras de tipo semelhante, visando descrever as operações econômicas efetuadas durante um determinado período.

I-1a – Esquema simplificado: Fluxo circular

Para se ter uma noção precisa de produto, despesa e renda, e para facilitar o seu entendimento, vamos partir de um modelo de sistema econômico bastante simplificado. Suponhamos um sistema econômico onde existam apenas, de um lado, as empresas como unidades produtoras, e de outro, as famílias como fornecedores de fatores de produção e, ao mesmo tempo, unidades consumidoras. As empresas não produzem bens intermediários nem formam estoques; além disso, este sistema não mantém relações no exterior, nem o governo atua de nenhum modo na atividade econômica.

Neste sistema simplificado as empresas, ao receberem os fatores de produção (trabalho, capital, recursos naturais), pagam às famílias uma remuneração (salários, juros, lucros, aluguéis) pela utilização dos mesmos, isto é, pagam uma renda. As empresas, combinando estes fatores, criam um conjunto de bens e serviços, o produto, que será

vendido às unidades familiares. As unidades familiares, ao adquirirem este produto, realizam uma despesa.



Fica claro, deste modo, que a atividade econômica global deste sistema econômico simplificado, durante um determinado período de tempo, pode ser medida sob três aspectos:

- como produto – isto é, a soma total dos bens e serviços finais produzidos durante o período;
- como renda – isto é, remuneração paga às famílias pelo fornecimento de fatores de produção para as empresas elaborarem o produto;
- como despesa – isto é, a despesa total realizada pelas famílias ao comprarem o produto.

Fixada, assim, a essência de cada um desses conceitos, vamos, nos tópicos seguintes, introduzir detalhes e elementos que abstraímos ou omitimos propositadamente para chegar gradativamente a conceitos cada vez mais próximos da realidade.

1-1b – Produto

No esquema simplificado (fluxo circular) o produto coincidia com a soma das vendas das empresas, pois supomos que não existiam nem bens e serviços intermediários nem formação de estoques (todos os bens e serviços eram de consumo final, e eliminados no período). Na realidade, porém, a maior parte dos produtos passa através de varias empresas antes de converter-se em produto final. Existem os produtos intermediários que estão sujeitos a processamentos ultteriores num mesmo período, passando de uma empresa para outra. Assim, se um determinado país produzir, num dado período, 20 unidades de algodão e 140 unidades de tecidos de algodão, não podemos somar as duas mercadorias para incluí-las no produto. Se assim fizermos estaremos contando duas vezes a mesma mercadoria, pois o tecido de algodão foi elaborado a partir do algodão, já contabilizado como tal. Por isso, utilizamos os conceitos de bens e serviços finais e valores adicionados como precaução para evitar dupla contagem. Tomando um exemplo numérico mais completo temos:

Produção de Tecido de Algodão

Estágios de Produção (empresas)	Venda (Valor da Produção)	Materiais comprados (produtos intermediários)	Salários	Lucros, Juros e aluguéis	Valor adicionado
Fazenda	20	-	15	5	20
Fiação	50	20	20	10	30
Tecelagem	80	50	20	10	30
Atacadista	100	80	15	5	20
Varejista	140	100	30	10	40
Total	390	250	100	40	140

Neste exemplo, o fazendeiro, empregando fatores produtivos (trabalho, terra e capital), ao fim de um ciclo produtivo colhe 20 de algodão. Este produto é adquirido pela empresa de fiação, na qual é considerado matéria-prima e que, adicionando recursos produtivos (trabalho, juros, lucros, aluguéis), elabora um novo produto no valor de 50. A empresa de tecelagem adquire este produto adicionando novos valores e vende este produto para outra empresa e assim sucessivamente. Finalmente, o tecido de algodão chegará às mãos do consumidor como um produto final no valor de 140. É evidente que se somarmos as vendas (ou produção) de cada empresa ($20 + 50 + 80 + 100 + 140 = 390$) estaremos somando o mesmo produto repetidas vezes, e que este total não se refere ao que, de fato, o sistema econômico produziu. Ele compreende repetidas vezes o valor dos produtos intermediários ($20 + 50 + 80 + 100 = 250$) que transitam entre as empresas. O valor do Produto pode ser obtido deduzindo, do valor da soma das vendas (ou produção) das diversas empresas, o total correspondente a materiais comprados (ou produtos intermediários) pelas mesmas empresas ($390 - 250 = 140$). Outro modo de chegar ao Produto é somar o que o sistema econômico realmente adiciona em termos de valor ao processo produtivo; são os chamados valores adicionados ($20 + 30 + 30 + 20 + 40 = 140$), que equivalem à totalidade das vendas que os proprietários dos fatores envolvidos no processo produtivo receberam.

Do que foi dito, podemos tirar alguns conceitos importantes:

1. Bens e Serviços Finais – são os produzidos no período e que não estão sujeitos a nenhuma transformação posterior no mesmo período. Compreendem:
 - a) Os Bens e Serviços de Consumo;
 - b) Os Bens de Capital (Construções, máquinas, equipamentos);
 - c) A Variação de Estoques (estoque final menos estoque inicial).
2. Valor Adicionado – É quanto cada empresa que processa bens ou serviços adiciona ao seu valor, correspondendo ao preço pelo qual a empresa vende o seu produto menos os materiais utilizados na produção. Observe-se que para adicionar valor a um bem ou serviço não é preciso modificá-lo; o comércio, por exemplo, não o faz.
3. Como a distinção entre produtos finais e intermediários apresenta dificuldades, enquanto o bem não é utilizado, os estatísticos usam sempre o método do valor adicionado (agregado) para contabilizar o Produto. Por exemplo, o carvão de lenha pode ser um

produto final para consumo caseiro, como um produto intermediário para uma padaria. Além disso, o método do valor adicionado apresenta uma vantagem extra ao permitir uma melhor análise e visão do processo produtivo.

Podemos assim definir o Produto de duas maneiras:

- Produto de um país, em determinado período, é a soma dos bens e serviços finais produzidos nesse período.
- Produto é a soma dos valores adicionados por cada um dos setores econômicos no processo produtivo durante o período.

Ambas definem o mesmo fenômeno adequadamente e levam ao mesmo resultado. A segunda definição, todavia, é mais operacional, e é, por conseguinte, usada pelos estatísticos da Renda Nacional. Contabilizar bens e serviços finais é em geral difícil, porque muitos produtos são bens intermediários ou finais, dependendo de seu uso. Por exemplo, o carvão usado para cozinhar e o carvão usado em uma usina siderúrgica.

I-1c – Despesa

Despesa pode ser definida como a soma de todas as compras de bens e serviços finais, em um determinado período. Antes de mais nada, é bom esclarecer que a Despesa não é a soma de todas as compras feitas no país durante o período. No nosso exemplo da produção de tecidos de algodão, se contássemos não apenas as despesas feitas pelos consumidores finais de tecidos de algodão, mas, também, as despesas feitas pelos diversos produtores nas compras de materiais, salários, etc., estaríamos fazendo duplas contagens. Assim, é preciso eliminar na contabilização da despesa todas as transações intermediárias, considerando apenas a compra de bens e serviços finais.

À medida que consideramos apenas a compra final do produto, a Despesa pode ser vista como um agrupamento da produção de acordo com o tipo de demanda final. Isto é, na Despesa agregamos os produtos para os quais são semelhantes os determinantes da demanda: ‘Despesas de Consumo’ e ‘Despesas de Formação de Capital’.

Como já vimos acima, os bens e serviços produzidos no sistema econômico podem ser divididos em bens e serviços de consumo e bens de capital. De fato, todo o produto final ou é consumido imediatamente ou é acumulado para o futuro. Em outras palavras, ou a produção flui para o mercado para o consumo das famílias ou para aumentar o estoque de capital fixo das empresas. E há ainda o caso de alguns produtos, sejam intermediários ou finais, que não são consumidos no período em que foram produzidos (ou pode suceder que consumamos produtos de períodos anteriores). Temos, então, um aumento (ou diminuição) nos estoques, isto é, variação de estoques. Assim, temos:

1. Despesa de Consumo Pessoal (ou dos Indivíduos) – que é igual à compra de bens e serviços finais de consumo pelos indivíduos, ou a soma de bens e serviços que são eliminados ou gastos, no transcorrer do período. Certos bens de consumo são duráveis (geladeiras, automóveis, etc.), porém, consideramos como se fossem consumidos no momento em que foram adquiridos.
2. Formação de Capital (Acumulação ou Investimento) – é o acréscimo na riqueza do país no período. Compreende:

a) Formação de Capital Fixo – que é o conjunto das despesas feitas visando o aumento da riqueza nacional sob forma de acréscimo de bens de produção duráveis, durante o período considerado. São as construções de casas, fábricas, as compras de máquinas, equipamentos, etc.

b) Varição de Estoques – é o acréscimo (ou decréscimo) na riqueza nacional devido ao aumento (ou diminuição) nos estoques durante o período = (estoque inicial menos estoque final).

I-Id – Renda

A Renda pode ser definida como a soma dos pagamentos recebidos pelos proprietários dos fatores de produção durante o período. Inclui, portanto, somente as rendas auferidas na atividade produtiva e somente à medida que contribuem para tal. Não se pode então confundir Renda com mera transferência de ativos, como venda de uma casa, título ou máquina usada. Porém, o fluxo de serviços produzidos por uma casa ou os juros nos produzidos pelo título constituem Renda.

Desse modo, pode-se facilmente perceber, a Renda é exatamente igual ao valor de todos os produtos criados pelo sistema econômico e é constituída da soma de:

1. todos os salários, honorários, comissões, bonificações e outras formas de remuneração dos empregados;
2. os aluguéis e rendas de propriedades;
3. os juros;
4. todos os lucros, sejam de firmas individuais ou não, distribuídos em forma de dividendos ou não.

De acordo com os conceitos dados acima de Produto, Despesa e Renda, temos:

Produto	Despesa	Renda
Soma dos valores adicionados ou	Consumo pessoal	Salários
Soma de todos os bens e serviços finais	Formação de capital fixo	Aluguéis
	Variação do Estoque	Juros
		Lucros

I-2 - Relações entre Produto, Despesa e Renda

I-2a – Identidade Produto – Despesa - Renda

Produto, Despesa e Renda representam três óticas diferentes para medir o fluxo de produção de bens e serviços durante um determinado período. É evidente, portanto, que, por definição, os três agregados são idênticos. Isto pode ser facilmente mostrado como fazemos a seguir:

Produto = Despesa – pois o Produto é a soma dos bens e serviços finais produzidos, no país, durante certo período, e a Despesa é a soma de bens e serviços finais comprados. Ora, os bens e serviços finais que não são comprados no período – variação de estoque – são considerados como se fossem comprados pelos seus produtores. Logo, Produto e Despesa são idênticos, e na mensuração, sob a ótica Produto, consideramos o valor

adicionado pelos diversos setores econômicos, e sob a ótica Despesa a compra daquele Produto para os dois fins possíveis. (consumo ou investimento).

Produto = Renda – O Produto foi definido como a somatória dos valores adicionados e a Renda como pagamentos aos fatores produtivos. Como a soma dos valores adicionados é igual à soma das vendas das empresas menos os materiais comprados, todos os demais pagamentos feitos por elas, tais como salários, juros, lucros aluguéis, etc., que participam na produção, constituem-se, de uma forma ou de outra, em Rendas. Logo, a Renda é idêntica ao Produto. Tomando um exemplo concreto temos:

Demonstração de Lucros e Perdas da Empresa A

1. Vendas.....	100	
2. Compras de Materiais.....	60	
3. Compras de serviços a empresas (luz, telefone, transportes, etc.....)	3	
4. Salários.....	25	
5. Juros.....	2	
6. Aluguéis.....	4	94
7. Lucro.....		<u>6</u>
		100

O valor adicionado desta empresa será: V.A. = $100 - (60 + 3) = 37$.

E o pagamento aos fatores de produção será:

Salários	25
Juros	2
Aluguéis	4
Lucros	<u>6</u>
	37

O exemplo demonstra que o Produto é idêntico à Renda, e conseqüentemente:

$$\text{Produto} = \text{Despesa} = \text{Renda}.$$

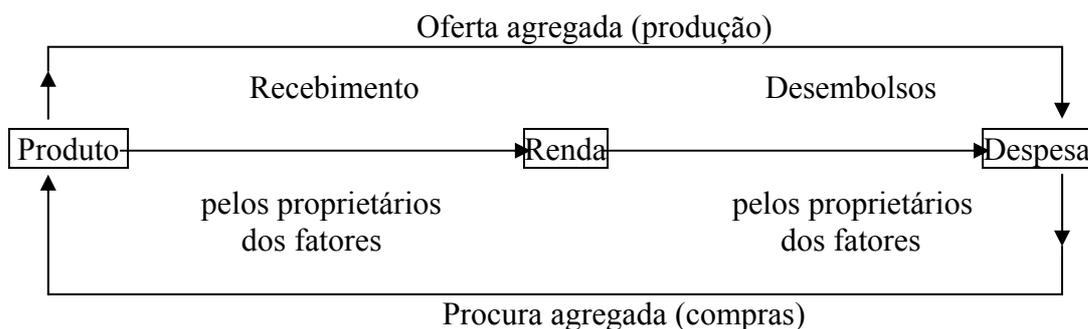
Observe-se que os Juros a que nos referimos nos exemplos são juros recebidos por capitalistas privados. Os Juros pagos a instituições financeiras estão incluídos no item ‘Compra de Serviços a Empresas’.

I-2b – Oferta e Procura Agregadas

Um outro tipo de vinculação que podemos estabelecer entre os três agregados básicos relaciona-se com o objetivo da análise macroeconômica, que é explicar o comportamento da economia como um todo, utilizando-se, basicamente, de conceitos de oferta e procura agregadas e do equilíbrio entre ambas.

A oferta agregada é constituída pelo conjunto de todos os bens e serviços disponíveis (produzidos e importados) no país, enquanto a procura agregada é a soma da procura de todas as mercadorias. À primeira vista, portanto, podemos identificar a oferta agregada com o Produto e a procura agregada com a Despesa. E a Renda constituiria o elo de ligação entre a oferta e a procura, já que, no processo de criação da oferta (Produto), o sistema econômico produz um fluxo monetário, colocando Renda nas mãos dos que se

dedicam à produção e que, assim, poderão aparecer no setor da procura como consumidores ou investidores (Despesa).



Essa identificação, porém, não é tão simples, e envolve dificuldades. Em primeiro lugar, o Produto é simplesmente uma medida numérica de fluxo de produção enquanto oferta agregada envolve algo mais, como uma idéia de decisão. Nem sempre o total de mercadorias disponíveis coincidirá com o que os vendedores desejam vender. Em relação à procura agregada e Despesa, as mesmas dificuldades anteriores estão presentes e a identidade só é válida quando a economia está em equilíbrio, isto é, a despesa efetiva é igual à despesa planejada. Além disso, a oferta agregada deve incluir as importações e a procura às exportações, sem deduzir importações como se faz na Despesa. Não obstante, é útil fazer esta identificação já que é muito difícil, senão impossível, calcular agregados de comportamento.

Assim a oferta agregada pode ser identificada com o Produto mais as importações, já que a inclusão de variação de estoque na Despesas elimina a eventual diferença entre o total disponível e o desejado. Em relação à Despesa, feita a retificação acima aludida, isto é, incluindo-se as exportações, percebemos que ela segue uma lógica coerente com a construção de um agregado da procura (procura de consumo, gastos do governo, procura para formação de capital). Realmente, como já acentuamos, a Despesa está dividida em grupos mais ou menos homogêneos, segundo as motivações para a demanda: consumo, formação de capital, gastos de governo. Desse modo, com grandes vantagens, podemos identificar a Despesa com a procura agregada.

Oferta agregada	Procura agregada
Produto + Importações	Consumo Formação de capital fixo Variação de estoques Exportações

I-3 - Depreciação: Conceitos “Brutos” e “Líquidos”

Para aproximar mais da realidade as nossas medidas de fluxo da produção, precisamos introduzir elementos que até aqui vínhamos abstraído. Os conceitos de Produto e Despesa que demos até agora, sem dúvida, são medidas exageradas do fluxo de produção de bens e serviços finais, pois incluem certos valores de algum período anterior, sob forma de depreciação de capital fixo. O processo produtivo implica um certo desgaste dos estoques de equipamentos e fábricas, e mesmo dos recursos naturais empregados. Este

desgaste é transferido ao valor do produto, de cujo processo de elaboração ele participa. Assim, se uma determinada máquina dura normalmente 10 anos, um décimo do seu valor é transferido para o Produto como seu custo. A diferença, portanto, entre uma matéria-prima e uma máquina utilizada no processo produtivo é que a primeira é totalmente absorvida, enquanto a segunda o é apenas parcialmente.

Logicamente, como as máquinas, equipamentos, edifícios, etc. produzidos no período são considerados bens finais e incluídos no Produto (tal como definido até aqui), o desgaste sofrido pelos mesmos durante os períodos subseqüentes deve ser excluído. E o valor excluído deve ser suficiente para repor o equipamento ao fim de sua vida útil. Na prática, porém, a contagem da depreciação dos equipamentos é muito difícil. Surgem problemas tais como: Qual o tempo de duração real do equipamento? A depreciação será homogênea ao correr dos anos? Ou deve ser maior nos primeiros anos? Qual a possibilidade de obsolescência do equipamento? O preço será o mesmo quando da reposição?, etc. A solução prática é confiar na depreciação feita pelas empresas. No Brasil, algumas investigações feitas indicaram que a sua taxa média em relação ao Produto era de aproximadamente 5%, e esta taxa vem sendo aplicada.

Esses problemas, surgidos ao considerar a depreciação, levaram os estatísticos a introduzirem os conceitos de “líquido” e “bruto”. Assim, temos:

PRODUTO BRUTO	DESPESA BRUTA	FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL
Menos: Depreciação	Menos: Depreciação	Menos: Depreciação
PRODUTO LÍQUIDO	DESPESA LÍQUIDA	FORMAÇÃO LÍQUIDA DE CAPITAL

I-4 - O Governo na Contabilidade da Renda Nacional

Até este momento vínhamos abstraindo a atividade econômica do governo, que desempenha funções de fundamental importância dentro do sistema econômico, qualquer que seja o seu regime político. Vamos então introduzir o governo, analisando a sua influência sobre o Produto, sobre a Despesa e sobre a Renda.

Para Edey & Peacock, para fins da contabilidade social, o governo pode ser visto, numa primeira aproximação, como “uma pessoa coletiva que compra mercadorias e serviço às firmas para proporcionar serviços que normalmente não vende e que, em sua opinião (ao que devemos presumir), pode empenhar essa tarefa mais conveniente ou eficientemente do que a iniciativa particular. Essas compras podem ser financiadas pela retirada compulsória do poder aquisitivo dos consumidores particulares, seja pelos impostos ou por empréstimos feitos pelo governo”.

O governo, assim definido, não inclui as empresas governamentais e mistas (estas estão incluídas no setor empresas) e compreende as esferas federal, estadual e municipal. Como suas principais características temos:

1. Podemos considerar o governo produtor, já que na realidade é um produtor de bens e serviços (justiça, educação, política, planejamento, etc.) que são escassos, úteis e resultam de trabalho (valor trabalho).
2. Para produzir esses bens e serviços, o governo, compra:
 - a) bens e serviços das empresas;

b) contrata diretamente mão-de-obra (funcionários);

3. O governo não vende ou revende seus bens e serviços, portanto, não é possível calcular seu valor pelo preço de venda. O que o governo produz é distribuído gratuitamente.

4. Os bens e serviços produzidos pelo governo podem tanto beneficiar as empresas, isto é, ser produto intermediário, como beneficiar as famílias, isto é, ser produto final. Mas é muito difícil separar estes dois tipos de bens; já que um mesmo bem ou serviço pode beneficiar tanto a empresa como as famílias.

5. As suas receitas (impostos) não são um pagamento direto e correspondente a seus bens e serviços.

Pelas características citadas acima, o leitor perceberá que a inclusão do governo na Contabilidade Social traz diversos problemas. Vamos analisar como ele influencia o Produto, a Despesa e a Renda.

I-4a – Produto

No Produto, o governo aparece como um ‘produtor de valor adicionado’ equiparado às empresas. Na prática, o que se tem feito é considerar como valor adicionado o valor dos salários pagos aos seus funcionários e soldados, mais os aluguéis e juros que recebe, pois, como valorizar sua “produção” de outro modo se o governo não vende seus produtos e não tem preço de mercado? Certamente os bens e serviços que o governo compra das empresas têm um preço de mercado, mas estes já foram lançados no Produto como produção das empresas. Desse modo, ao somatório do valor adicionado das empresas devemos acrescentar o valor adicionado pelo governo, isto é, os salários e ordenados pagos para termos o Produto total.

Impostos Indiretos e Subsídios – De outro lado, o governo afeta ainda o valor do Produto cobrando impostos indiretos ou pagando subsídios às empresas. Isto é, o governo afeta o valor dos bens e serviços, interferindo no fluxo produtivo, acrescentando certos valores (impostos indiretos que entram como custo da mercadoria) ou reduzindo o seu valor (subsídios), fazendo com que estes bens e serviços cheguem ao mercado a um preço mais alto ou mais baixo, dependendo do caso. Assim, é interessante considerar, na medição do fluxo de produção, se o seu valor é considerado a preços correspondentes de mercado ou a custo dos fatores. Isto é, devemos ou não incluir os impostos indiretos e subsídios na medição do Produto?

Sobre este ponto não há concordância geral, existindo aqueles que preferem incluir os impostos indiretos e excluir os subsídios, e aqueles que são contrários a esta posição.

Brooman, por exemplo, argumenta que a inclusão de impostos indiretos não seria uma forma satisfatória de registrar a produção, já que as indústrias cujos produtos estão sujeitos a pesados impostos indiretos pareceriam produzir relativamente mais; e uma modificação na tributação de um ano para outro pareceria mostrar um aumento na quantidade física da produção. Argumentam outros que os impostos indiretos são custos que não remuneram nenhum insumo participante do sistema produtivo.

Por outro lado, aqueles que são favoráveis à inclusão dos impostos indiretos no registro da produção argumentam que:

1. Os impostos indiretos poderiam ser considerados uma parte da renda que os proprietários privados dos fatores concordaram em ceder para o governo prestar serviços;
2. Nos preços dos produtos estão incluídos os impostos indiretos;

3. E que é absurdo dar um tratamento diferente entre os impostos indiretos e os impostos diretos, incluindo estes e excluindo aqueles.

O argumento apresentado por Brooman, a favor de sua posição de que um aumento da taxa de impostos poderia indicar um aumento na quantidade física da produção, realmente não se sustenta. Os aumentos absolutos de impostos, ou seja, os aumentos da carga tributária como um todo, não são realizados sem reflexos profundos sobre a produção. Faz parte da análise macroeconômica elementar a idéia de que o aumento dos impostos, sem concomitante aumento da despesa governamental, implica em política fiscal antiinflacionária, visando reduzir o nível da procura agregada. Entretanto, se, com o aumento dos impostos, há crescimento da despesa governamental, isto é então sinal de que aumentou a produção do governo. Ou admitimos isto ou então fazemos como os soviéticos ou os franceses, e excluirmos o governo da renda nacional.

Por outro lado, se supusermos que os impostos indiretos foram aumentados proporcionalmente a uma redução dos impostos diretos, então este aumento de impostos não dará a impressão de que a produção física aumentou. Pelo contrário, o inverso poderia ocorrer. Sabemos que os impostos diretos são sempre incluídos na produção. Se aumentássemos estes impostos diretos em detrimento dos impostos indiretos e usássemos a prática britânica de excluir os impostos indiretos da produção, chegaríamos ao absurdo de ver a produção física aumentar por um mero artifício contábil.

Estamos, todavia, de pleno acordo em excluir os impostos indiretos do valor adicionado das empresas ou setores industriais, quando quisermos fazer comparações entre eles. Caso contrário, indústrias como a do cigarro, que sofrem um imposto indireto pesadíssimo, quando comparadas com outras, pareceriam muito maiores do que realmente são.

Quanto aos subsídios, apesar de apresentarem problemas de natureza semelhante a dos impostos indiretos, logicamente atuando em sentido oposto, todos concordam que devem ser excluídos do produto. De fato, os subsídios, sendo pagamentos (subvenções) feitos pelo governo às empresas, fazem com que os bens e serviços que deles se beneficiam tenham um preço artificialmente baixo no mercado, isto é, inferior ao custo dos fatores que participam no seu processo produtivo.

Desse modo, é importante saber que as medidas da contabilidade nacional “a preços de mercado” incluem os impostos indiretos menos os subsídios, e as medidas “a custo dos fatores” excluem os impostos indiretos menos os subsídios. Assim,

1. Produto (Despesa) a “preços de mercado” – inclui os impostos indiretos menos os subsídios, e nos dá o valor da produção a preços pagos pelos consumidores ou investidores no mercado.

2. Produto (Despesa) “a custo dos fatores” – exclui os impostos indiretos menos subsídios, e nos dá o valor da produção segundo o custo dos fatores que participam no seu processo produtivo, obviamente não considerando os impostos indiretos como pagamento a fator.

Nas Contas Brasileiras, o PIL, PIB, PNL, PNB, DIB, e DNB são calculados a preços de mercado, salvo quando explicitados. A Renda Nacional é sempre calculada a “custo dos fatores”.

I-4b – Despesa

Na Despesa o governo, ao lado da Despesa de Consumo Privado e Despesa de Formação Privada de Capital, constitui o terceiro grupo, que podemos chamar de Despesas

ou Gastos do Governo. Como no Produto, o governo aqui aparece como se fosse uma grande “família” que compra bens e serviços. Para contornar aquelas dificuldades que já apontamos, é costume tratar todas as compras do governo (materiais e serviços dos funcionários) como bens e serviços finais, valorizando-os ao preço de custo, isto é, ao valor pago ao funcionalismo público como salários e ordenados mais o preço pago às empresas pela aquisição de materiais.

Em relação aos gastos do governo também se faz distinção segundo a demanda final:

1. As Despesas de Consumo do Governo – são as despesas de custeio, ou seja, todas as compras de bens e serviços necessários à manutenção da máquina administrativa.
2. Formação de Capital do Governo – que constitui as compras feitas pelo governo visando a formação de capital sob forma de novas construções, aquisição de equipamentos, formação de estoques, etc..

Assim, a conta despesa pode ser apresentada da seguinte maneira:

1. Despesa de Consumo de Indivíduos;
2. Despesa de Consumo do Governo;
3. Formação de Capital fixo do Governo;
4. Formação de Capital Fixo das Empresas;
5. Variação de Estoques.

1-4c - Renda

A Renda Nacional tem sentido genérico, sinônimo de produção ou despesa nacional, e tem sentido específico, como uma das nomenclaturas da Contabilidade Nacional. Neste último sentido, Renda Nacional equivale ao Produto Nacional Líquido “ao custo dos fatores”; os impostos indiretos são excluídos. Temos apenas as remunerações dos fatores de produção (salários, juros, lucros, aluguéis). Nesses termos, na Renda Nacional assim conceituada o governo não aparece. Claro que se trata de uma simples convenção. O governo ainda e sempre está presente através dos impostos diretos, que ainda não foram descontados da remuneração dos fatores.

1-4d – Renda Disponível e Renda Pessoal

Além da Renda Nacional temos os conceitos de Renda Disponível e Renda Pessoal, que são conceitos úteis para a análise macroeconômica, embora não sejam medidas de produção. Estes conceitos surgem ao considerarmos, na Contabilidade Nacional, as transferências, os impostos diretos e outras receitas do governo (contribuição para Previdência Social e receita imobiliária). As transferências são pagamentos que não decorrem de uma atividade produtiva corrente, por exemplo, as aposentadorias, pensões e auxílio-desemprego. Os impostos diretos podem ser tomados como um tipo de transferência, pagos pela renda das empresas e pelas pessoas.

Assim considerando as transferências, os impostos diretos e outras receitas do governo temos:

1. Renda Pessoal Disponível – é o montante que os indivíduos têm à sua disposição para consumir ou investir e é igual a:

Renda Nacional (Produto Nacional Líquido, ao custo dos fatores)

Mais: Transferências

Menos: Impostos diretos pagos por empresas

Outras Receitas do Governo

Renda Pessoal

Menos: Impostos Diretos pagos por indivíduos

Renda Pessoal Disponível

2. Renda Disponível do Setor Privado e do Setor Público – são dois outros conceitos úteis que introduzimos ao considerarmos os fatores acima:

Renda Disponível do Setor Privado – é o montante que os indivíduos e as empresas têm à sua disposição para consumir ou investir e é igual a:

Renda Nacional

Mais : Transferências

Depreciação

Menos: Impostos Diretos

Outras Receitas do Governo

Renda Disponível do Setor Público – é o montante que o governo tem à sua disposição para consumir ou investir. É igual à soma de:

Impostos

Outras receitas do governo

Menos: Transferências

Subsídios

I-5 – Relações com o Exterior

Até o momento mantivemos o nosso sistema econômico fechado. Vamos agora introduzir as relações com o exterior para aprimorarmos os nossos conceitos de Produto, Despesa e Renda. As relações com o exterior ou com o setor resto do mundo podem ser vistas como as relações que o país ou setor interno mantém com os indivíduos e empresas que estão localizados no exterior, ou o setor resto do mundo.

I-5a – Renda Líquida Recebida do Exterior (Enviada para)

Ao introduzirmos as relações com o exterior, a primeira coisa que podemos observar é que uma parcela do fluxo produtivo se dirige para o exterior. Pois, de um lado, nem todos os fatores de produção são fornecidos pelos proprietários que residem no país, e de outro, os proprietários de fatores que residem no país fornecem fatores ao resto do mundo. Deste modo, devemos introduzir novos conceitos: Renda Líquida Recebida do Exterior (ou enviada para), que pode ser definida como o saldo entre as remessas de rendas dos fatores de produção localizados no país, mas de propriedade de residentes no

exterior (juros e lucros, principalmente), e as entradas de rendas dos fatores de produção localizados no exterior, mas de propriedade de residentes no país (dividendos, lucros, juros, etc.). Se as remessas forem maiores do que as entradas temos uma Renda Líquida enviada para Exterior, e se for menor Renda Líquida recebida do Exterior.

Estes conceitos de Renda Líquida Enviada para o Exterior ou Recebida do Exterior nos permitem uma diferenciação entre agregados interno e nacional. De fato, podemos considerar o Produto, a Despesa e a Renda como ocorridos no país, isto é, interno, ou dos residentes no país, isto é, nacional:

	Interno	Nacional
Produto	produzido no país	disponível no país
Renda	criada no país	retida no país
Despesa	realizada no país com renda criada no país	realizada com renda retida no país

Os nossos conceitos de Produto, Despesa e Renda, que vínhamos dando sem relações com o exterior, coincidem, portanto, com os conceitos de Produto Interno, Despesa Interna e Renda Interna, respectivamente. Para se obter o Produto Nacional, a Despesa Nacional e Renda Nacional, basta subtrair a renda enviada para o exterior e somar a renda recebida do exterior aos agregados internos.

RENDA INTERNA
Menos: renda enviada para o exterior
Mais : renda recebida do exterior
RENDA NACIONAL

Produto Interno	Despesa Interna
Menos: renda enviada para o exterior	Menos: renda enviada para exterior
Mais: renda recebida do exterior	Mais; renda recebida do exterior
Produto Nacional	Despesa Nacional

Quando se fala em Renda Líquida Enviada ou Recebida do Exterior está-se referindo ao saldo entre a renda enviada e a. recebida. Se for positivo, será “recebida”, se negativo, “enviada”.

I-5b - Exportações e Importações

A introdução das relações com o exterior afeta de modo particular o conceito de Despesa. Primeiramente, introduzindo-se o setor resto do mundo no nosso sistema, este setor fará compras, isto é, despesas. São as exportações que representam o valor dos bens e serviços vendidos ao resto do mundo ou as compras pelos clientes do exterior. Além disso, entre os componentes da Despesa, consumo, formação de capital, gastos do governo, provavelmente estão incluídos “elementos importados”. Sejam produtos finais importados ou produtos feitos internamente com parcela de materiais importados, não podem ser considerados como participantes do produto do país. Assim, para termos uma

Despesa igual ao Produto devemos deduzir o valor total dos bens e serviços do resto do mundo comprados pelo país, isto é, as importações. Isto é óbvio pois, o Produto, como medida do fluxo de produção, engloba as exportações mas não engloba as importações; então estas deverão ser excluídos da Despesa. Assim, de ora em diante, no conceito de Despesa estão incluídas as exportações e excluídas as importações.

I-5c – Investimento (ou desinvestimento) Líquido no Exterior

Finalmente, mais um conceito ligado ao setor resto do mundo que usa os dois conceitos anteriores. É o conceito de Investimento (ou Desinvestimento) Líquido no Exterior ou Saldo do Balanço de Pagamento em Conta Corrente, que pode ser definido como:

Exportações menos Importações
Menos: renda enviada para o Exterior
Mais: renda recebida do Exterior

É chamado Investimento ou Desinvestimento Líquido no Exterior porque quando o saldo do balanço de pagamentos é positivo, o país pode ter esse saldo transformado em divisas estrangeiras, ouro, ou crédito, que podem ser usados para a compra de ativos, equipamentos ou estoques no exterior. É, portanto, uma forma de investimento. No caso do saldo negativo, isto é, de um déficit, dá-se o inverso e temos um desinvestimento líquido no exterior.

I-6 – Problemas de Mensuração

Nos tópicos anteriores procuramos dar os principais conceitos para que fosse possível a medição do fluxo de produção de bens e serviços de um país num determinado período. Um aspecto com que ainda não nos preocupamos, e que a muitos pode parecer trivial, mas é importante definirmos com maior precisão, refere-se a questão de quais transações devemos incluir na produção e que unidade de medida devemos adotar.

Todos sabemos que a produção se desenvolve em formas físicas diferentes, e que para termos um agregado como o Produto devemos encontrar uma unidade comum de medida. Não é, certamente, possível medir uma dúzia de batatas com um serviço prestado por um telefone, assim tomamos uma unidade de medida comum que é o preço em termos monetários. De fato, o preço pode ser tomado como uma medida, ainda que imperfeita, da satisfação que os indivíduos esperam obter, seja de uma dúzia de batata ou de um telefonema. Como consequência, somente podemos computar os bens e serviços que recebem um determinado preço no mercado. Existem, porém, certos bens e serviços que não tem preço, mas precisam ser computados, ou bens e serviços que aparecem no mercado, mas não são computados. A seguir apresentamos alguns desses problemas.

I-6a – Bens e serviços que não são computados por não terem preço, isto é, não aparecem no mercado:

1. Serviços domésticos – valor dos serviços não remunerados prestados pelas esposas e outros membros da família nos lares;
2. Bens de auto-consumo – parte é imputado;
3. Serviços de bens de consumo duráveis.

Sobre estes bens e serviços podemos observar que não existe nenhuma razão de ordem teórica que leve a excluí-los do produto nacional. O problema é de ordem prática, e depende bastante das estatísticas disponíveis.

I-6b - Bens e Serviços cujos valores são imputados, embora não apareçam no mercado

1. Aluguel de casa própria – o indivíduo que reside em casa própria não paga aluguel, porém o aluguel é imputado;
2. Salários em forma de moradia e alimentação;
3. Produção para auto-consumo (parte, dependendo do aparelhamento do organismo encarregado das estatísticas).

I-6c - Transações que não são incluídas embora apareçam no mercado

1. Transferências – são pagamentos que não derivam de uma atividade produtiva corrente. Por exemplo, os benefícios sociais pagos pelo governo (aposentadoria, pensões, auxílio-desemprego, etc.), as heranças, esmolas, venda de ativos fixos usados, venda de títulos, etc.
2. Ganhos de Capital – são ganhos oriundos da venda de ativos a preço mais alto que seu custo de compra, como, por exemplo, a variação no preço de estoques devido à moda, ou à valorização real de terrenos.
3. Atividades ilegais – como, por exemplo, o comércio de escravas brancas, ou a venda de tóxicos, etc.

Despesa

Produto (Renda) - Nominal e Real

Examinando a tabela abaixo, verificamos que a cada ano o total do Produto Interno brasileiro, em valor monetário, a preços de mercado, aumentou consideravelmente.

	<u>1960</u>	<u>1961</u>	<u>1962</u>	<u>1963</u>	<u>1964</u>
Produto Interno Bruto	2.418,8	3.498,6	5.498,0	9.519,12	18.867,3

Fonte: Fundação Getulio Vargas.

De 1963 para 1964, o valor a. preços correntes de mercado do Produto Interno Bruto praticamente duplicou. Mas sabemos que, na realidade, naquele período, não houve aumento real de bens e serviços disponíveis no país. Assim, para sabermos qual o aumento real havido naquele período, precisamos saber algo mais a respeito daqueles dados. É preciso conhecer o movimento de preços de um período para outro, ou seja, descontarmos a. inflação para tomarmos o Produto a. preços constantes.

O método mais simples de se obter o Produto ou Renda Real e dividirmos o Produto ou Renda Nominal, isto é, a preços correntes, por um índice de preços. Para, isto precisamos definir um ano-base conveniente, de preferência um ano recente, e organizarmos um índice de preços igual a 100 no ano-base.

Construção de índice do preços – para organizarmos um índice de preços tomamos uma amostra fixa do mercadorias e serviços, que corresponda à produção total, periodicamente, sempre na mesma época, e, com a mesma amostra, levantamos os preços

(Se o nosso objetivo for a construção de um índice de custo de vida, a nossa amostra de mercadorias e serviços deve corresponder em suas proporções ao orçamento de uma família pobre).

Assim, seja dado:

V_n = valor da amostra nominal

$i.p$ = índice de preços

temos,

$$i.p_1 = (v.n_1 / v.n_1) \times 100$$

$$i.p_1 = 1 \times 100 = 100$$

$$i.p_2 = ((v.n_2 / v.n_1) \times 100$$

$$i.p_3 = (v.n_3 / v.n_1) \times 100$$

.....

$$i.p_n = (v.n_n / v.n_1) \times 100$$

Processo de transformação de renda nominal em real

Sabemos que $i.p = (v.n_n / v.n_1)$

$v.n_n$ é uma amostra da Renda Nominal – RNo

$v.n_1$ é uma amostra da Renda Real – RRe – no período base 1.

Logo, $i.p = (RNo / RRe) \times 100$

$$RRe = (RNo / i.p) \times 100$$

Basta, portanto, dividir a Renda Nominal pelo índice de preços e multiplicá-los por 100 para obtermos a Renda Real.

Exemplo:

seja:	$v.n_1 = 30,$	$v.n_2 = 45,$	$v.n_3 = 90$
$i.p_1 = (30 / 30) \times 100 = 100$	$i.p_2 = (45/30) \times 100 = 150$	$i.p_3 = (90/30) \times 100 = 300$	
seja:	$RNo_1 = 1.000$	$RNo_2 = 1.650$	$RNo_3 = 3.600$

$$RRe_1 = (1.000 / 100) \times 100 = 1.000$$

$$RRe_2 = (1.650 / 150) \times 100 = 1.100$$

$$RRe_3 = (3.600 / 300) \times 100 = 1.200$$

Na Contabilidade Social, quando queremos comparar números dentro de um mesmo período, podemos usar cruzeiros nominais. Sempre, porém, que quisermos fazer comparações entre períodos diferentes, é essencial transformarmos os cruzeiros nominais em reais, ou seja, é fundamental eliminar as distorções causadas pela inflação.

II – O SISTEMA DE CONTAS NACIONAIS BRASILEIRO

A Contabilidade da Renda Nacional, como o próprio nome Indica, utiliza do sistema contábil para montagem e apresentação ordenada do que sucede numa economia, expressos em termos de transações entre diversas partes componentes. De modo

semelhante à contabilidade das empresas, na contabilidade nacional também fazemos lançamentos em partidas dobradas. É por isso que os governos publicam os dados referentes aos principais agregados em forma contábil (rearranjada).

No presente capítulo não vamos apresentar o processo de montagem contábil das contas nacionais. O leitor interessado poderá consultar textos especializados.¹ O nosso objetivo é apresentar elementos que possibilitem ao leitor o uso e interpretação das contas brasileiras tal como a Fundação Getúlio Vargas apresenta anualmente.

A estrutura contábil básica das contas nacionais é bastante simples. Visando apresentar um arranjo organizado de todas as transações reais ou imputadas, ocorridas num sistema econômico, fazemos as seguintes distinções: I. formas de atividade econômica, produção, consumo e acumulação de riqueza (poupança-investimento); II. setores ou subdivisões institucionais da economia; e III, tipos de transações tais como venda e compra de produtos e serviços, transferências etc.²

Assim, nas contas brasileiras o sistema econômico é dividido em 4 setores ou agentes econômicos: empresas, unidades familiares, governo e resto do mundo. Imaginando que cada um desses setores dispunham de um conjunto de três contas: a primeira conta reúne os lançamentos de entradas e saídas relativas a atividade produtiva; a segunda conta apresenta como a renda advinda da atividade produtiva é gasta, o saldo constitui a poupança; e a terceira conta mostra como essa poupança e qualquer outro fundo de capital é usado para financiar as despesas de capital. Consolidando-se cada tipo de conta para todos os setores e fazendo uma reordenação, obtemos as contas nacionais consolidadas:

A Conta de Produção, Conta de Apropriação (ou consumo), Conta de Formação de Capital (ou acumulação), Conta do Governo e Conta do Resto do Mundo.

A seguir transcrevemos as explicações dadas sobre as Contas Nacionais do Brasil pela própria Fundação Getúlio Vargas, publicadas na *Revista Brasileira de Economia* de março de 1962.

As Contas Nacionais do Brasil têm sido construídas basicamente de acordo com o sistema recomendado pelas Nações Unidas.

Limitações de ordem estatística nos levaram a adotar na apresentação básica dos dados o seguinte sistema simplificado:

1. Conta de Produção

Esta conta consigna do lado do crédito a oferta de bens e serviços decompostos em soma de valores adicionados pela economia do país e importações; e, do lado débito, os diferentes tipos de dispêndio realizados durante o ano.

1.1 - Produto Interno Líquido (custo de fatores) (2.5) – inclui o valor adicionado pelos fatores produtivos da economia antes da produção dos rendimentos enviados para o exterior e da adição dos rendimentos recebidos do exterior.

1.1.1 Setor primário

1.1.2 Setor secundário

1.1.3 Setor terciário

¹ Edey & Peacock, *Renda Nacional e Contabilidade Social*. Zahar, Rio.

² Stone, *Sistemas de Contabilidade Social*. Zahar.

Representam a contribuição ao produto social, da agricultura, indústria e serviços respectivamente, não incluindo, por conseguinte, o consumo intermediário absorvido por esses setores.

1.2 - Impostos Indiretos (3.5) – Inclui o saldo dos ágios menos bonificações.

1.3 - Subsídios (3.2) – Consistem de subvenções feitas por autoridades públicas a empresas. Os subsídios entram nesta conta com sinal negativo por fazerem com que os produtos que beneficiam tenham preço do mercado inferior ao seu custo em termos de pagamentos aos fatores.

1.4 - Depreciação de Capital Fixo (4.4) – Deve corresponder ao valor do capital fixo que foi consumido no período corrente.

1.5 - Importação de Mercadorias e Serviços (5.3) – compreende o valor dos bens e serviços do resto do mundo que foram adquiridos pela nação. Como o conceito de produto indicado acima é o de produto interno, o item 1.5 não inclui os rendimentos enviados para o exterior.

Total da Oferta de Bens e Serviços

1.6 - Consumo Pessoal

(2.1) - Representa o valor das despesas finais com bens e serviços por unidades familiares e instituições sem finalidade lucrativa. Por insuficiência de dados estimados nesta conta como resíduo.

1.7 - Consumo do Governo (3.1) – Representa os gastos correntes governamentais com bens e serviços.

1.8 - Formação Bruta de Capital Fixo (4.1)

1.8.1 - Setor governamental

1.8.2 - Setor privado

1.9 - Variação de Estoques (4.2)

A formação interna bruta de capital representa o valor bruto dos bens que são adicionados do estoque de capital interno da nação. A formação bruta de capital fixo do setor privado é estimada como resíduo = (1.8) – (1.8.1).

1.10 - Exportação de Mercadorias e Serviços – Esse fluxo representa o valor dos bens e serviços vendidos ao resto do mundo. Exclui rendimentos recebidos do exterior.

Total da Procura de Bens e Serviços
Conta de Produção
1964
(Cr\$ 1.000.000)

Oferta Total de Bens e Serviços:

1.1	y – Produto interno Líquido (custo dos fatores) (2.6)	15.167,2
	1.1.1. Produto do Setor primário	4.419,9
	1.1.2. Produto do Setor secundário	4.237,5
	1.1.3. Produto do Setor terciário	6.237,5
1.2	Ti – Impostos Indiretos (3.5)	3.204,3
1.3	iT – Menos: Subsídios (3.2)	387,6
1.4	D – Depreciação de Capital Fixo (4.4)	943,4
1.5	M – Importação de Mercadorias e Serviços (5.3)	<u>1.472,8</u>
		20.340,1

Procura Total de Bens e Serviços:

1.6	CP – Consumo Pessoal (2.1)	12.615,3
1.7	Cg – Consumo do Governo (3.1)	2.909,2
1.8	I – Formação Bruta de Capital Fixo (4.1) q	2.696,5
	Ip - 1.8.1 Setor governamental	903,6
	Ig - 1.8.2 Setor privado	1.792,9
1.9	Vs – Variação de Estoques (4.2)	410,0
1.10	X – Exportação de Mercadorias e Serviços (5.1)	<u>1.709,1</u>
		20.340,1

$$Y + (Ti - iT) + D + M = Cp + Cg + Ip + Ig + Vs + X$$

2. Conta de Apropriação

Esta conta evidencia, de um lado, os diferentes tipos de renda percebida e, de outro, a utilização dessa renda em consumo, pagamento de impostos diretos e poupanças.

2.1. CONSUMO PESSOAL (1,6) – Estimado como resíduo na Conta 1

2.2. IMPOSTOS DIRETOS (3.6)

2.3. RENDA LÍQUIDA ENVIADA PARA O EXTERIOR (5.4)

2.4. OUTRAS RECEITAS CORRENTES DO GOVERNO (3.7)

2.5. POUPANÇAS DO SETOR PRIVADO (4.3) – Inclui lucro retido das sociedades anônimas, aumento da moeda em poder do público, variação de depósitos populares e a prazo fixo em bancos e caixas econômicas, e aumento de reservas das companhias de seguro e capitalização.

Por insuficiência de informações não foi possível estimar o total da poupança das unidades familiares e de todas as empresas. TOTAL DA DESPESA (A soma das parcelas da despesa não coincide com o total (renda) devido a erros e omissões).

2.5. RENDA INTERNA (1.1) – Representa o total dos rendimentos pagos por participação no processo de elaboração do produto social.

1 – Setor Urbano

Remuneração do Trabalho – Inclui salários, ordenados e remuneração atribuída a autônomos.

Remuneração Mista do Trabalho e Capital – Consiste da soma dos rendimentos dos profissionais liberais, lucro das empresas individuais e remuneração do trabalho dos administradores.

Lucros (exceto do empresas individuais), Juros e Aluguéis

2. Setor Agrícola – Este dado representa estimativa do produto líquido ao custo dos fatores.

2.6 - Transferências (3.3) – Pagamentos unilaterais feitos pelo governo a unidades familiares e a instituições privadas que não visam lucro, e que não correspondem a uma participação da elaboração do produto social.

Conta de Apropriação
1964
(Cr\$ 1.000.000,00)

Total da Despesa

2.1 – Cp – Consumo Pessoal (1.6)	12.615,30
2.2 – Td – Impostos diretos (3.6)	1.185,00
2.3 – Zp – Renda Líquida Enviada para o Exterior (5.4)	141,10
2.4 – Tg – Outras receitas correntes do Governo (3.7)	66,60
2.5 – Sp – Poupança Bruta do Setor Privado (4.3)	3.111,20
Menos: Depreciação	<u>943,40</u>
	16.175,80*

Total da Renda

2.6 – Renda Interna (1.1)	15.107,2
1. Setor Urbano	10.692,3
2. Setor Agrícola	4.414,9
2.7 – Transfeências (3.3)	<u>1.068,6</u>
	16.175,8

$$Cp + Td + Zp + Ts + Sp - D = Y + Tr$$

3. Conta Corrente do Governo

Esta conta do governo consolida as receitas e despesas nas três esferas governamentais: União, Estados e Municípios.

3.1 – CONSUMO DO GOVERNO (1.7)

3.2 – SUBSIDIOS (1.3)

3.3 – TRANSFERÊNCIAS (2.6)

3.4 – POUPANÇA (4.5)

* - TOTAL DA DESPESA (A soma das parcelas não coincide com o total da despesa devido à inclusão nesta de gastos não classificados nos itens 3.1 a 3.4).

3.5 – IMPOSTOS INDIRETOS (1.2) – inclui o saldo dos ágios menos bonificações.

3.6 – IMPOSTOS DIRETOS (2.2)

3.7 – OUTRAS RECEITAS CORRENTES (2.4)

TOTAL DA RECEITA

Conta Corrente do Governo 1964 (CRS 1.000.000,00)	
Despesa Total	
3.1 - Dg – Consumo do Governo (1.7)	2.909,2
3.2 - T – Subsídios (1,3)	387,6
3.3 - Tr – Transferências (2.7)	1.068,6
3.4 - Sg – Poupança (4.5)	<u>90,5</u>
	4.455,9
Receita Total	
3.5 -Ti – Impostos Indiretos (1.2)	3.204,3
3.6 - Td – Impostos Diretos (2.2)	1.185,0
3.7 - Tg – Outras Receitas Correntes (2.4)	<u>66,6</u>
	4.455,9

$Cg + Tr + Sg = Ti + Td + Tg$

4. Conta Consolidada de Capital

Esta conta resume a formação de capital pela economia do país. Registra-se, a crédito da conta, o montante de formação de capital realizado e, a débito, a estrutura dos recursos que possibilitaram tal acumulação.

4.1 – FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO (1.8)

4.2 – VARIAÇÃO DE ESTOQUE (1.9)

TOTAL DA FORMAÇÃO DE CAPITAL

4.3 – POUPANÇA LÍQUIDA DO SETOR PRIVADO (2.4)

4.4 –DEPRECIÇÃO DO CAPITAL FIXO (1.4)

4.5 – POUPANÇA EM CONTA CORRENTE DO GOVERNO (3.4) – Inclui estimativa da poupança das Instituições de Previdência Social.

TOTAL DOS RECURSOS PARA FORMAÇÃO DE CAPITAL (A soma das parcelas não coincide com o total devido a erros e omissões).

Conta Consolidada de Capital

1964

(Cr\$1.000.000,00)

Total de Formação de Capital:

4.1 – Ip+Ig – Formação Bruta de Capital Fixo (1.8) 2.696,5

4.2 – Vs – Variação de Estoque (1.9) 410,0

3.106,5

Recursos para a Formação de Capital:

4.3 – Sp – Poupança Líquida do Setor Privado (2.4) 2.167,8

4.4 – Sg – Depreciação do Capital Fixo (1.4)	943,4
4.5 – D – Poupança em Conta Corrente do Governo (3.4)	90,5
4.6 – Ix – Saldo do Balanço de Pagamentos em Conta Corrente (5.2)	<u>(95,2)</u>
	3,106,5

$$I_p + I_g + V_s = S_p + S_g + D + I_x$$

5. Conta das Transações Correntes com o Exterior

Indica-se através desta conta, de modo sintético, o movimento de mercadorias e serviços entre a economia e o resto do mundo.

5.1 – EXPORTAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS (1.10)

5.2 – SALDO DO BALANÇO DE PAGAMENTOS EM CONTA CORRENTE (4.6)

TOTAL DOS RECEBIMENTOS

5.3 – IMPORTAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS (1.5)

5.4 – RENDA LÍQUIDA ENVIADA PARA O EXTERIOR (2.3)

TOTAL DOS PAGAMENTOS

A articulação entre as contas está representada esquematicamente no gráfico no encarte.

Conta das Transações com o Exterior

1964

(Cr\$ 1.000.000,00)

Total dos Recebimentos

5.1 –X – Exportações de Mercadoria e Serviços (1.10) 1.709,1

5.2 – Ix – Saldo do Balanço de Pagamento em Conta Corrente (4.5) (95,2)

1.613,9

Total dos Pagamentos

5.3 – M – Importação de Mercadorias e Serviços (1.5) 1.472,8

5.4 –Zp – Renda Líquida enviada para o Exterior (2.3) 141,1

1.613,9

$$X + I_x = M + Z_p$$

OBSERVAÇÕES

Não nos parece a melhor forma de apresentação das Contas de Consolidação de Capital e de Transações com o Exterior do Centro de Contas Nacionais da F.G.V. Não tem sentido considerar o Saldo do Balanço de Pagamentos como um recurso negativo, especialmente quando o Saldo, de fato, foi positivo como em 1964.

Já vimos que esse saldo é igual a :

Exportações – Importações + Renda recebida do Exterior – Renda Enviada para Exterior.

Vimos também que o saldo positivo corresponde a um investimento. Logo, propomos passar para as aplicações o saldo positivo; aumentando o investimento. Se o saldo fosse negativo (déficit), deveria então ser deduzido da poupança interna, na Conta de Consolidação de Capital.

Pelo mesmo motivo, na Conta de Transações com o Exterior, o saldo positivo do Balanço de pagamentos é colocado com sinal invertido entre os Recebimentos, ora,

quando há saldo positivo, isto significa que houve um pagamento. Um investimento líquido no exterior é um pagamento. Por outro lado, um desinvestimento líquido no exterior (déficit no balanço de pagamentos) é um recebimento.

Apresentemos assim os dois quadros modificados.

Conta Consolidada de Capital Modificada
1964
(Cr\$ 1.000.000)

Investimento Total Nacional	
Formação de Capital Fixo (4.1)	2.696,5
Variação de Estoque (4.2)	410,0
Investimento Líquido no Exterior (4.5)	<u>95,2</u>
	3.201,7
 Poupança Total Nacional	
Poupança Bruta do Setor Privado (4.3)	3.111,2
Poupança em Conta Corrente do Governo (4.4)	<u>90,5</u>
	3.201,7

Conta de Transações com o Exterior Modificada
1964
(Cr\$ 1.000.000)

Recebimentos Nacionais Totais	
Exportações (5.1)	1.709,1
Renda Líquida Recebida do Exterior	
Desinvestimento Líquido no Exterior	
Pagamentos Nacionais Totais	
Importações (5.3)	1.472,8
Renda Líquida enviada ao Exterior (5.4)	141,1
Investimento Líquido no Exterior (5.2)	<u>95,2</u>
	1.709,1

Produto, Despesa e Renda do Brasil em 1964

QUADRO 1 - PRODUTO DO BRASIL
(Cr\$ 1.000.000)

1. Valor adicionado da Agricultura	4.414,9
2. Valor adicionado da Indústria	4.237,5
3. Valor adicionado dos Serviços	4.425,0
4. Valor adicionado do Governo	2.029,8
5. Produto Interno Líquido (PIL) ao custo dos fatores (1+2+3+4)	<u>15.107,2</u>
6. Impostos indiretos	3.204,3
7. Subsídios	387,6
8. Produto Interno Líquido a preços de mercado (5+6+7)	<u>17.923,9</u>
9. Renda Líquida <u>paga</u> ao Exterior	141,1
10. Produto Nacional Líquido a custo dos fatores (renda nacional) (5 – 9)	<u>14.966,1</u>
11. Produto Nacional Líquido a preços de mercado (8 – 9)	<u>17.782,8</u>
12. Depreciação do Capital Fixo	943,4
13. Produto Interno Bruto a custo dos fatores (5 + 12)	<u>16.050,6</u>
14. Produto Interno Bruto a preços de mercado (8 + 12)	<u>18.867,3</u>

15. Produto Nacional Bruto a custo dos fatores (10 + 12)	<u>15.909,5</u>
16. Produto Nacional Bruto a preços de mercado (11 + 12)	<u>18.726,4</u>

NOTAS: 1. o valor adicionado do Governo é constituído dos salários, juros, e aluguéis pagos pelo Governo.

2. não estão incluídos no Governo as empresas governamentais.

3. na linguagem comum, quando se omite os qualificativos “a preços de mercado” e a “custo dos fatores”, o produto e a despesa são geralmente subtendidos a preços de mercado, e a renda é sempre dita a custo dos fatores (sublinhados).

QUADRO II - DESPESA DO BRASIL – 1964
(Cr\$ 1.000.000)

1. Consumo dos indivíduos	<u>12.615,3</u>
2. Consumo (compras) do Governo	2.909,2
3. Consumo total (1 + 2)	<u>15.524,5</u>
4. Formação bruto de capital fixo do Governo	903,6
5. Formação bruto de capital fixo das empresas	1.792,9
6. Formação bruto de capital fixo (4 + 5)	2.696,5
7. Variação de estoques	410,0
8. Total da formação de capital (6 + 7)	<u>3.106,5</u>
9. Exportação	1.709,1
10. Importação	1.472,8
11. Saldo da balança comercial (9 – 10)	236,3
12. Despesa interna bruta a preços de mercado	<u>18.867,3</u>
13. Renda líquida paga ao exterior	141,1
14. Despesa Nacional Bruta (8 – 9)	<u>18.726,2</u>

QUADRO III – DESPESA DO BRASIL - (Adaptação ao sistema norte-americano) – 1964
(Cr\$ 1.000.000,00)

1. Consumo dos indivíduos	12.615,3
2. Formação de Capital fixo das empresas	1.792,9
3. Variação de Estoque	410,0
4. Investimento Privado (2 + 3)	<u>2.202,9</u>
5. Consumo do Governo	2.909,2
6. Formação de Capital Fixo do Governo	903,6
7. Despesa do Governo	<u>3.812,8</u>
8. Exportação de bens e serviços	1.709,1
9. Importação de bens e serviços	1.472,8
10. Saldo da Balança Comercial (8 – 9)	236,3
11. Renda Líquida paga ao exterior	141,1
12. Saldo do Balanço de Pagamentos em conta corrente (Investimento Líquido no Exterior) (10 – 11)	95,2
13. Produto Nacional Bruto (1 + 4 + 7 + 12)	<u>18.726,2</u>

Nota: Todos os totais são apresentados a preços do mercado. Isto fica subentendido quando não é expresso, exceto para a Renda Nacional, que é sempre a custo dos fatores.

QUADRO IV - RENDA DO BRASIL – 1964
(Cr\$ 1.000.000)

1. Renda do Setor Urbano (2 + 3 + e + 5 + 6)	10.692,3
2. Remuneração do trabalho	Não publicado
3. Remuneração mista do trabalho e do capital	Não publicado
4. Juros	Não publicado
5. Lucros	Não publicado
6. Aluguéis	Não publicado
7. Renda do setor agrícola (salário, lucros etc.)	4.414,9
8. Renda interna (PIL a custo dos fatores) (1 + 7)	<u>15.107,2</u>
9. Renda líquida paga ao exterior	141,1
10. Renda nacional (PNL a custo dos fatores) (8 – 9)	<u>14.966,1</u>
11. Impostos indiretos	3.204,3
12. Subsídios	387,6
13. Produto nacional líquido a preços do mercado (10 + 11 + 12)	<u>17.782,8</u>
14. Depreciação	943,4
15. Produto nacional bruto a preços do mercado (13 + 14)	<u>18.726,2</u>
16. Produto interno bruto a preços de mercado (15 + 9)	<u>18.867,3</u>

NOTAS:

1. “Remuneração mista do trabalho e capital” compreende os rendimentos dos profissionais liberais, o lucro das empresas individuais e a remuneração do trabalho dos administradores.
2. A Renda do Setor Agrícola é separada da Renda do Setor Urbano, porque no Brasil é muito difícil contar os salários, lucros, juros e aluguéis recebidos no setor agrícola.
3. A Renda do Setor Agrícola é igual ao valor adicionado da agricultura (produto interno líquido da agricultura a custo dos fatores).

QUADRO V - RENDA DISPONÍVEL DO SETOR PRIVADO E DO SETOR PÚBLICO – 1964
(Cr\$ 1.000.000)

1. Impostos Indiretos	3.204,3
2. Impostos Diretos	1.185,0
3. Outras receitas do governo	66,6
4. Menos: Subsídios	387,6
5. Menos: Transferências	1.068,6
6. Renda Disponível do Setor Público .	<u>2.999,7</u>
7. Renda do Setor Urbano	10.692,3
8. Renda do setor agrícola	4.414,9
9. Menos: Renda Líquida paga ao Exterior	141,1
10. Renda Nacional	<u>14.966,1</u>
11. Menos: impostos diretos	1.185,0
12. Menos: outras receitas do Governo	66,6

13. Mais: Transferências	1.068,6
14. Mais: Depreciação	943,4
15. Renda Disponível do Setor Privado	<u>15.726,5</u>
16. Produto Nacional Bruto (6 + 15)	<u>18.726,2</u>

NOTA:

1. Para da Renda Nacional chegar-se à Renda Disponível do Setor Privado não é preciso subtrair impostos indiretos e somar subsídios porque isto já foi feito.

2. A depreciação é renda disponível apenas do setor privado, porque se calcula depreciação do setor público.

QUADRO VI - DO PNB À RENDA PESSOAL DISPONÍVEL – 1960
(Cr\$ 1.000.000)

Produto Nacional Bruto	<u>2.363,6</u>
Menos: Depreciação	118,2
Produto Nacional Líquido	2.245,4
Menos: Impostos indiretos	383,4
Mais: Subsídios	17,2
Renda Nacional	<u>1.879,2</u>
Menos: Lucro retido	97,9
Menos: impostos diretos pagos por empresas	39,1
Menos: receita imobiliária do governo	2,2
Menos: contribuições para a previdência social	56,5
Mais: transferências	109,7
Renda pessoal	<u>1.793,2</u>
Menos: impostos diretos pagos por indivíduos	51,6
Renda Pessoal disponível	<u>1.741,6</u>

NOTA:

Não foram publicados dados relativos à Renda Pessoal e Renda Pessoal Disponível para 1964.

OBSERVAÇÃO:

Os Quadros de I a V forem preparados e organizados pelo Prof. Luis Carlos Bresser-Pereira, com base nos dados levantados pela Fundação Getulio Vargas e publicados na *Revista Brasileira de Economia* de março de 1966. O Quadro VI é uma simples transcrição dos dados publicados na mesma revista, em março de 1963.